

Burocracia e Capitalismo de Estado*

Ignácio Iglesias**

O presente texto de Ignácio Iglesias é uma abordagem semitrotskista sobre o caráter da antiga URSS (as duas posições principais a esse respeito são a que defende que se tratava de uma sociedade socialista e a que a qualifica como capitalismo estatal). Iglesias avança em relação a Trotsky e ao trotskismo e se aproxima dos trotskistas esquerdistas que qualificaram o regime russo como capitalismo de Estado (Max Schatmann, Tony Cliff). Iglesias combate algumas teses não-marxistas, apesar de se dizerem marxistas (contra todas as evidências e escritos marxistas), tais como a possibilidade de existir uma “base socialista” (modo de produção socialista) convivendo com uma “superestrutura” (formas sociais) capitalista, tal como defendido por Trotsky. Iglesias também avança ao colocar que os conceitos que são usados para explicar o capitalismo e que, portanto, expressam suas relações de produção e relações sociais, não podem ser usados para analisar o “socialismo” (termo que ele não discute, bem como não analisa a criação leninista de um “socialismo” antes do “comunismo”), tal como insistem os ideólogos do capitalismo estatal, na qual se inclui a tese absurda que no “socialismo” se manteria a “lei do valor”, que é a característica essencial do capitalismo. Ele também avança ao colocar a questão da burocracia como oriunda no próprio partido bolchevique, ao contrário da ficção trotskista segundo a qual seria produto de Stálin.

Porém, o seu semitrotskismo não lhe permite escapar das ambiguidades. Os avanços acima aludidos são acompanhados por limites e recuos. A contradição entre “base” e “superestrutura”, para usar a metáfora solidificada pelo pseudomarxismo, necessitaria de avanço e em certo momento Iglesias admite que a “desigualdade” poderia existir, mas, ao contrário do que acontecia na URSS, por um curto período de tempo, o que demonstra que ele não entendeu como emerge e se constitui o comunismo. A sua constatação adequada de que os conceitos usados para explicar o capitalismo não são utilizáveis para se referir ao comunismo (pois outra sociedade requer outros conceitos, especialmente nesse caso) e a percepção de que dizer que a burocracia é uma “nova classe dominante” é problemático, ele ainda não supera isso totalmente. O pior é a sua ambiguidade sobre o caráter de classe da burocracia, pois falta-lhe maior coerência e entendimento do significado dessa classe social (no capitalismo privado e no capitalismo estatal) e no decorrer do texto coloca, ao contrário de sua própria afirmação, que a burocracia é uma

* Tradução de Rubens Vinícius da Silva. Revisão de Nildo Viana. Publicado pela primeira vez em *La Batalla*, periódico do POUM – Partido Operário de Unificação Marxista – durante o exílio. Editado em Paris, nos números 101 (25 de agosto de 1951), 102 (10 de outubro de 1951), 103 (12 de novembro de 1951) e 104 (15 de dezembro de 1951).

** Integrante do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), que surgiu em 1935 e deixou de existir em 1980 (aproximadamente), e autor de *Trotsky e a Revolução Espanhola*, entre outras obras.

“nova classe dominante”. A burocracia não é uma nova classe dominante, pois isso significaria que precisaria haver uma nova classe explorada e uma nova forma de exploração e o capitalismo estatal é apenas uma forma do capitalismo. Logo, a burocracia, no capitalismo estatal, se torna burguesia burocrática, uma fusão de duas classes (burguesia e burocracia) que unifica a função das duas anteriores (a função de extração de mais-valor e direção da acumulação de capital e a função de controle social e institucional)¹. Além disso, ele inclui na burocracia até intelectuais, o que é mais um equívoco. No que se refere à questão da origem da burocracia, Iglesias constata sua gênese no Partido Bolchevique e sua posterior fusão com a burocracia estatal, mas demonstra não compreender o significado da burocracia partidária e suas fontes, e por isso atribui tal origem, equivocadamente, aos operários, não compreendendo o caráter exterior do bolchevismo em relação ao movimento operário e que o próprio partido é gerador de burocracia de uma de suas frações específicas, a partidária. Outros problemas, como de linguagem (“sistema capitalista”, por exemplo), aceitação da tese de estatização do capitalismo, também estão presentes.

Porém, apesar de tais problemas, o texto de Iglesias contribui por mostrar uma concepção semitrotskista que não reafirma os equívocos mais graves de Trotsky, bem como aponta alguns elementos interessantes, que, embora não sejam novidades na literatura sobre capitalismo estatal, aponta para reforçar a compreensão que a URSS é um capitalismo de Estado.

I

Os fenômenos novos não podem ser definidos com velhos conceitos sem cair no inevitável perigo de se situarem, *ipso facto*, fora do tempo e do espaço da época. Esta mentalidade estática e, no fundo, conservadora, pressupõe um atraso de décadas na compreensão dos acontecimentos, resultando em algo similar a se situar de costas a tudo o que a vida social oferece de novo ou de particular. O conservadorismo intelectual e a preguiça mental, que na maioria das ocasiões se identificam e se confundem, convidam ao uso e abuso dos velhos cânones, ao emprego das fórmulas correntes herdadas do passado, ao rótulo simples e vulgar, numa palavra, ao esquematismo.

Assim, quantas vezes nos deparamos com o problema tão atual do caráter de classe do Estado russo e ouvimos as vozes cansadas de quem se apegam a definições obsoletas que surgem no próprio campo do movimento operário e só alcançam vigor para anatemizarem a todos nós que recusamos a compartilhar essa grande mistificação que o

¹ Sobre o capitalismo estatal, cf. VIANA, Nildo. *A Luta de Classes na Rússia (1900-1923)*. Da Revolução Proletária Inacabada à Formação do Capitalismo Estatal. No prelo. (NE).

stalinismo nos oferece da URSS. Por exemplo, um dos simpáticos pontífices do trotskismo atual escreveu ultimamente que os conceitos de capitalismo de Estado e imperialismo soviético são ideias próprias da burguesia, mais ou menos compartilhadas por todos aqueles que se negam a “tomar partido na gigantesca luta de classes que se desenvolve à escala mundial, quando não passam com armas e bagagem para o campo da burguesia”². Esta linguagem nos é tão conhecida que não merece muita atenção. Não obstante, assinalamos em fato bem claro: hoje, para os trotskistas, só existe uma forma de tomar partido, que não é outra que a de abraçar a causa stalinista. Muito obrigado.

A primeira particularidade que a URSS nos oferece é o caráter da sua burocracia. Neste caso não se trata de uma sobrevivência do passado, isto é, uma herança do velho Estado czarista legada ao novo Estado surgido da revolução vitoriosa de outubro. Os teóricos do marxismo, de Marx a Lenin, apontaram mais de uma vez para os perigos desta herança, razão pela qual insistiram na necessidade imperiosa de destruir o antigo aparato burocrático. Mas nada disseram sobre a possível eventualidade – que na URSS se converteu em realidade – de um renascimento da burocracia sob novas bases, questão que Bakunin e o próprio Proudhon já haviam colocado. A burocratização da URSS não correspondeu à influência da burocracia do aparato czarista, mas foi realizada à mercê da paulatina degeneração do próprio partido bolchevique. Foi, então, a burocracia do partido, a nova burocracia que surgiu no seu próprio seio, que, graças ao seu exercício de poder, conseguiu também burocratizar o novo Estado. Essa degeneração do Partido Bolchevique é amplamente conhecida para que mereça ser explicada. As suas causas são múltiplas: a primeira é o seu abandono de toda perspectiva revolucionária internacional para abraçar a enganosa teoria do socialismo num só país, que é essencialmente contrarrevolucionária. E, tal como em toda contrarrevolução, promoveu um processo de violência, que foi demonstrado pela destruição e o aniquilamento físico dos melhores quadros do bolchevismo.

Nessas condições, não podemos nos limitar ao que os clássicos da doutrina marxista escreveram sobre os perigos da burocratização pairando sobre cada novo estado

² GERMAIN, E. *La théorie du capitalisme d'etat*, Quatrième Internationale, maio-junho de 1951*.

* E. Germain é um pseudônimo de Ernest Mandel, um dos mais influentes pensadores trotskistas.

operário. Melhor dizendo, sendo ainda válidos em geral para toda revolução socialista bem-sucedida, eles não são válidos no que diz respeito à URSS em particular. O caso deste país alegadamente socialista é o de uma burocracia surgida no seio do partido bolchevique, que chegou a dominá-lo por completo do mesmo modo que ao próprio Estado, com o qual se confunde. E aqui tropeçamos com outra discussão, não menos atual: a de se esta nova burocracia triunfante constitui ou não uma nova classe social. Certos doutrinários repletos de puro empirismo alegam que a burocracia não pode constituir uma classe social no sentido amplo da palavra, pelo fato de que o Estado é uma superestrutura política e que, em boa doutrina marxista, as classes só podem se formar na infraestrutura econômica da sociedade. Entretanto, esta espécie de silogismo pseudomarxista tampouco é válida no que diz respeito à URSS, dada a sua realidade social. Será que, no momento no qual o Estado se converte no dono absoluto da economia, a infraestrutura econômica e a superestrutura política não tendem a ser confundidas? Havendo destruído todo embrião de democracia operária e, portanto, livre de qualquer controle, a burocracia se encontra por cima do resto da sociedade, assumindo as funções das antigas classes proprietárias e desfrutando de alguns de seus privilégios. Diante de tal realidade, pouco importa que os casuístas lhe deem o nome de “camada social” ou “casta dirigente” no lugar de nova classe social. Para todo socialista que aspira ao estabelecimento de uma sociedade que se encaminha verdadeiramente em direção à desapareição das diferenças sociais existentes e à extinção do Estado, o que interessa na questão da URSS é que ali foi restabelecida a relação de senhor e escravo, tanto no terreno econômico quanto no aspecto político. Disso resulta o caráter eminentemente antissocialista do regime stalinista russo.

Deste modo, o triunfo da burocracia stalinista teve o significado de uma mudança de regime político e, por conseguinte, de uma mudança de regime social. Sei que alguns negam tal constatação, em virtude da existência da propriedade estatal dos meios de produção, do monopólio do comércio exterior e da planificação, concedendo assim o caráter socialista da economia e o caráter proletário do Estado, se bem que em situação de degeneração. É a conhecida tese trotskista, defendida através dos anos com uma persistência exemplar. Teremos que argumentar, em relação a tal tese, que, embora a economia planificada seja um elemento social e necessário da construção do socialismo,

não é o único. A democracia econômica e política conta igualmente. Mas é ainda mais surpreendente que, ao afirmar o caráter socialista da produção e, portanto, o caráter proletário do Estado, se esquece qual é a realidade da distribuição na URSS, distribuição baseada na mais terrível desigualdade. No artigo anteriormente citado, o autor reconhece o caráter antissocialista e capitalista dessa distribuição. Ouçamo-lo: “São os privilégios na esfera da distribuição que a burocracia defende com notável ferocidade contra o proletariado. Esses privilégios, cuja origem histórica acima delineamos, dão um caráter capitalista e burguês aos padrões de distribuição soviéticos”. Não nos interessa agora que o dito articulista encontrou uma citação – oh, as citações! – de Engels para que possa dizer com toda seriedade que tal fato nada apresenta de surpreendente. Pois bem, como pode afirmar que as normas de distribuição possuem um caráter capitalista, burguês, sendo que a forma de produção é socialista? Produção e distribuição estão inelutavelmente integradas num mesmo processo econômico, donde que não há maneira de separar as distintas fases. Afinal de contas, a distribuição é um produto da produção, ou, como assinalava Marx: “a organização da distribuição está inteiramente determinada pela organização da produção”. Do mesmo modo que seria um absurdo risível imaginar uma distribuição socialista num regime cuja produção é capitalista, não menos risível e absurdo representa pensar numa produção socialista num regime cuja distribuição é capitalista. Portanto, se as formas ou relações de distribuição na URSS não são socialistas, tampouco podem sê-lo as relações ou formas de produção.

Trotsky, numa de suas últimas obras, a qual os epígonos trotskistas parecem ter esquecido – *A Revolução Traída* – escreveu referindo-se à burocracia: “O próprio fato de que tenha conquistado o poder num país onde os meios de produção mais importantes pertencem ao Estado, cria entre ela e as riquezas da nação relações inteiramente novas. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado pertence, de certa maneira, à burocracia. [...]”. Para dizer a verdade, todo o tratamento do problema que nos ocupa se reduz a esta questão. A teoria do capitalismo de Estado aplicada à URSS de nossos dias não é tão heterodoxa como pode parecer à primeira vista. Vale a pena que voltemos a insistir sobre ela.

II

Antes de examinar os traços que a nosso juízo caracterizam o regime da URSS como capitalismo de Estado, será bom pontuar melhor a questão da burocracia, embora seja apenas para evitar todo equívoco no emprego do termo um tanto genérico do ponto de vista sociológico. Com efeito, uma coisa é a burocracia stalinista e outra bem distinta é a burocracia estatal clássica, como distinta é a burocracia reformista no movimento operário, sejam quais forem as peculiaridades comuns a todas elas. Vincula-se com esta última por suas origens operárias; com aquela por sua influência sobre o Estado. E com ambas ao mesmo tempo, por sua função social conservadora, aferradas todas à defesa de seus privilégios particulares.

No regime capitalista, a burocracia do Estado foi adquirindo um desenvolvimento extraordinário até chegar a constituir uma das alavancas fundamentais de domínio da classe dominante e formar um poder dentro do próprio Estado. Esta influência da burocracia estatal é maior à medida que os regimes de força se estendem e se fortalecem, isto é, que o Estado aumenta sua intervenção tanto no âmbito político como no terreno econômico. O burocrata, por sua vez liberado das consequências da oferta e da demanda de trabalho dado o caráter inamovível de seu cargo, aparece consolidado ao regime, identificado com ele e, portanto, defensor da sua continuidade. A burocracia se converte assim numa casta com interesses opostos aos do proletariado. Como já dissemos, pressupõe nem mais nem menos do que a continuidade do regime capitalista. Por isso, pelo significado retrógrado de sua função, os clássicos marxistas insistiram na necessidade de destruir a maquinaria do Estado e pulverizar a burocracia para conduzir a revolução social a um desfecho feliz. Referindo-se à experiência da Comuna, Engels escreveu: “para evitar esta transformação do Estado de servidor em dono da sociedade, a Comuna empregou dois meios infalíveis. Primeiro, submeteu todos os postos de administração, da justiça e do ensino à seleção, eleitos por sufrágio universal dos interessados. Em segundo lugar, não retribuiu estes serviços, tanto superiores como inferiores, mais do que com o salário igual ao recebido pelos outros trabalhadores”. Para dizer a verdade, ainda não existe outro procedimento para acabar com o grande perigo da burocracia no Estado.

O problema da burocracia no movimento operário é outro, por ser outra a sua função e distintas as suas origens. Surgiu no seio do próprio proletariado, no grandioso processo de desenvolvimento de suas organizações sindicais e políticas, logo se

aproveitando de sua posição privilegiada para transformar-se numa casta especial parasitária. Nosso camarada Andrade estudou faz anos a ideologia, psicologia, métodos e procedimentos da burocracia reformista³.

Sua ideologia sempre foi a política de reformas sociais conquistadas paulatinamente pela ação política e legal, até chegar à emancipação econômica. Ao que chegou é sabido por todos. Não obstante, por causas que não são o caso de serem assinaladas porque demais conhecidas, esta burocracia continua exercendo através de seus fracassos históricos por demais evidentes uma influência nada desprezível, até ser um dos grandes obstáculos que o proletariado ainda encontra em seu caminho e motivo principal da derrota de muitas revoluções. Com razão se disse que a ausência deste peso morto que é a burocracia reformista foi sem dúvida a grande vantagem que os bolcheviques encontraram em sua caminhada rumo ao poder. Por outro lado, o proletariado alemão, austríaco e de tantos outros países, sucumbiu precisamente por culpa da burocracia sindical: é chegada a hora da luta por sua própria existência, este grandioso movimento operário, corroído por seus burocratas, evidenciou-se como um gigante com pés de barro. Seu desmoronamento frente ao fascismo seria cômico, se não houvesse sido trágico.

Na URSS de nossos dias nos encontramos não diante da antiga classe dominante, a burguesia, mas diante de uma nova e original classe, a burocracia stalinista, surgida no seio do próprio partido bolchevique e de inegável origem operária. Não se trata, é fácil compreender, nem da burocracia estatal herdada da derrocada do regime czarista, que foi destruída, nem tampouco da burocracia reformista procedente do movimento operário russo, que não existia. Esta originalidade deve ser tida em conta para poder compreender a realidade do fenômeno. Sua semelhança com aquelas, repetimos, é incompleta, sendo ao contrário delas uma nova formação social extremamente poderosa que detém todo o poder. A burocracia stalinista não é apenas fruto do que o marxista iugoslavo Djillas denomina “tendências burocráticas inevitavelmente engendradas pela ditadura do proletariado”, e sim mais concretamente consequência da burocratização do partido

³ ANDRADE, Juan. *La burocracia reformista en el movimiento obrero*, Madrid, 1935. Esta obra é uma das inúmeras tentativas de explicar o fenômeno da burocracia no movimento operário contemporâneo, sendo uma lástima que não tenha sido complementada com outro estudo da burocracia stalinista.

bolchevique e da liquidação da ditadura do proletariado em proveito da ditadura particular deste partido. A questão que então se coloca é esta: como uma organização que aparecia como a mais recente manifestação do movimento revolucionário pôde degenerar de tal forma? A resposta, a nosso juízo, deve ser buscada tanto no caráter particular da Rússia czarista, que facilitou a formação do partido bolchevique, com nas próprias características que desde o primeiro momento tomou este partido, centralizado em excesso, militarizado por assim dizê-lo, dirigido sempre por uma minoria de revolucionários profissionais e sem uma participação direta e ativa de seus militantes, menos ainda da classe operária. Trotsky assinala, em seu livro “Stálin”, como esta inclinação do bolchevismo em direção à centralização logo revelou seus aspectos negativos. E Rosa Luxemburgo, em sua polêmica com Lênin sobre questões de organização, denunciou os graves perigos deste ultracentralismo, tão caro aos bolcheviques.

A burocratização do partido bolchevique, a partir do momento em que assumiu o poder, encontrou terreno fértil graças a vários fatores internos e externos, mas também devido à sua própria estrutura interna. O stalinismo não caiu do céu, nem nasceu por geração espontânea; foi a expressão mais genuína do triunfo da burocracia no partido e, portanto, no Estado. Os trotskistas durante muitos anos estimaram que o próprio desenvolvimento da economia “socialista” liquidaria a preponderância da burocracia na URSS com o desenvolvimento da democracia operária. A realidade foi outra, posto que, com o formidável desenvolvimento da economia russa por meio dos planos quinquenais, a burocracia encontrou a base real de seu poder, liquidando ao mesmo tempo todo vestígio de democracia operária. Trotsky mais tarde teve de reconhecer que o derrocamento da burocracia stalinista somente poderia ser obtido mediante uma insurreição revolucionária, o que era reconhecer implicitamente que dita burocracia não era um simples tumor passageiro e sim um novo órgão, uma nova classe. Entretanto, Trotsky quis aguardar que a Segunda Guerra Mundial desse uma resposta definitiva a este problema. E escreveu estas linhas fundamentais:

Se esta guerra provoca, como acreditamos firmemente, a revolução proletária, conduzirá de maneira inevitável ao derrubamento da burocracia na URSS e à regeneração da democracia soviética sob uma base econômica e cultural muito mais elevada que em 1918. Neste caso, a questão de saber se a burocracia stalinista é uma classe ou um tumor no Estado operário, se resolverá por si

mesma... Se admitirmos, contudo, que a presente guerra não provocará a revolução e sim a decadência do proletariado, resta o outro aspecto da alternativa: putrefação contínua do capitalismo monopolista, sua fusão cada vez maior com o Estado e a substituição da democracia, onde ainda é mantida, pelo regime totalitário. A incapacidade do proletariado para tomar em suas mãos a direção da sociedade poderia realmente conduzir nestas condições à aparição de uma nova classe exploradora, surgida da burocracia bonapartista e fascista... Se o segundo prognóstico se revela exato, a burocracia, desde logo, se converterá numa nova classe exploradora⁴.

A burocracia stalinista converteu-se numa nova classe exploradora, e neste caso a denominação de burocracia não resulta exata de um ponto de vista sociológico, sendo aceita apenas por falta de outra mais adequada e gráfica. Integrada pelos quadros do partido e dos sindicatos, pelos dirigentes estatais, pelos diretores de indústria, administradores e técnicos, pelos magistrados, policiais e militares, pelos artistas e pelos intelectuais, quer dizer, por todos os detentores do poder e privilegiados do regime, a nova classe social russa constitui aproximadamente 15% da população total, minoria exploradora, devoradora de mais-valor. Assim como aconteceu com as demais classes no primeiro período de sua formação, aparece aberta aos ambiciosos e carreiristas, aos jovens desejosos de constituir uma posição, formando não obstante um círculo que se estreita para a melhor defesa de seus privilégios (O iugoslavo Maxo Batche, num artigo em que passa em revista a situação atual das ciências e das artes na URSS, cita casos muito curiosos, todos reproduzidos em publicações oficiais. Numa reunião de músicos soviéticos, para aplicar uma resolução do Comitê Central do Partido Comunista, um deles falou assim: “Eu me permitirei fazer uma proposta. Talvez não seja aceita, mas apesar disso considero que é necessário fazê-la. É preciso estipular que quem entre no Comitê se comprometa a não usar de privilégio algum. Isto está ligado, por exemplo, à questão dos prêmios Stalin. É necessário que a entrada no Comitê não facilite a obtenção do prêmio Stalin”. Outro, na mesma discussão, assinalou que “o mais característico... é a tendência a concentrar todos os postos dirigentes nas mãos de um número restrito de pessoas”). A nova classe social russa não se sente de modo algum inclinada a repartir amplamente os seus privilégios.

A burocracia stalinista nos aparece como uma nova formação histórica, sem querer dizer com isto que a sociedade de todos os países precise passar por este estágio.

⁴ TROTSKY, Leon. *L'URSS em guerre*. México, 1939.

O exemplo russo pode se repetir onde quer que seja, mas, ainda que seja possível, não é inevitável. Uma última questão se impõe: será que talvez um significado progressivo deva ser reconhecido? Definitivamente, não. Todos os êxitos da industrialização da URSS, que certamente fortaleceram o seu poder, não correspondem à burocracia, mas são ainda uma consequência da herança da revolução. Inclusive se pode afirmar que a burocracia stalinista enquanto tal vem freando o desenvolvimento da URSS. Do mesmo modo que toda a burocracia em geral, sua função é conservadora, regressiva.

III

A burocracia, como já assinalamos, cumpre um papel importantíssimo nos dias atuais, tendendo a de certa forma encarnar o capital na sua fase de evolução posterior. Isto serve tanto para a burocracia stalinista – que exterminou as antigas classes dominantes e ocupou o seu lugar ou, melhor dizendo, para ser mais fidedignos, que usurpou a herança da revolução de outubro – como para a burocracia econômica dos países capitalistas, que a cada dia mais se funde com as classes proprietárias, ao invés de destruí-las. O que no final das contas facilita esta espécie de alteração ou mudança de poderes no mundo capitalista é o crescente processo de concentração de capital; na Rússia o processo foi outro, pois a burocracia stalinista encontrou o caminho desimpedido graças à estatização levada a cabo pela revolução.

Marx indicou que a tendência profunda que determina toda a evolução da economia capitalista é a concentração de capital. Desta particularidade se deduz que tal processo de concentração, salvo se interrompido pela revolução socialista, tem apenas um limite teórico: a concentração, em escala mundial, de todo o capital nas mãos de um grupo de proprietários. No entanto, na fase atual da sociedade esta concentração total da economia pressupõe inelutavelmente a fusão do Estado e do capital. São conhecidos os parágrafos de Engels, onde de maneira quase profética previa o capitalismo de Estado como estágio supremo do capitalismo. Em seu *Anti-Dühring* é possível ler:

“A um certo grau de desenvolvimento inclusive esta forma – a forma de exploração capitalista – não é já suficiente: o representante oficial da sociedade, o Estado, é obrigado a tomar a direção”. “E somente no caso em que os meios de produção ou de comunicação escapam realmente, por seu crescimento desmedido, às direções das sociedades por ações, é somente então quando a estatização se torna economicamente inevitável...”.

Se o Estado nos aparece hoje em dia como um patrono que participa em empresas privadas e que também organiza o processo de produção, é devido ao fato de que os próprios capitalistas se veem sobrecarregados em suas funções pela expansão das forças produtivas e pelas contradições de seu regime. A evolução dessas forças produtivas pode ser estabelecida “grosso modo”, assim: regime de livre concorrência no século XIX, de concentração monopolista na primeira metade do século XX e, finalmente, de concentração estatal na segunda metade de nosso século.

A acusadíssima tendência do capitalismo rumo à estatização, em direção a sua transformação em capitalismo de Estado, foi assinalada pelos marxistas de todos os tempos, de Engels a Lênin passando por Bukhárin e outros. O que para o primeiro foi uma intuição genial, resultou para os demais uma constatação da experiência oferecida pela Primeira Guerra Mundial. Foi efetivamente quando a intervenção do Estado no domínio econômico apareceu como uma realidade de consequências transcendentais, sobretudo na Alemanha, onde se desenvolveu o que então se chamou “socialismo de guerra”. As necessidades da guerra, como notava Bukhárin, empurram a burguesia para uma nova forma de capitalismo, à estatização da produção e da repartição e a abolição definitiva do antigo individualismo burguês. Numa de suas obras daquela época, o próprio Bukhárin escreveu:

Os estabelecimentos de Estado e os monopólios privados se fundem no seio do truste capitalista nacional. Os interesses do Estado e os do capital financeiro coincidem sem cessar e cada vez mais. Por outro lado, a enorme tensão da competição no mercado mundial exige do Estado um máximo de centralização e de poder. Estas duas causas, por uma parte, e razões fiscais, por outra parte, são as que constituem os principais fatores da estatização da produção dentro do marco capitalista⁵.

Lênin levou a afirmação mais longe ao escrever diferentes vezes que o capitalismo monopolista havia se transformado em capitalismo de Estado durante a guerra de 1914-1918. Por fim, no *Manifesto do I Congresso da Internacional Comunista* é possível ler:

A estatização da vida econômica... é um fato consumado. Voltar, não já à livre concorrência, mas somente à dominação dos trustes... é, por conseguinte,

⁵ BUKHÁRIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*.

impossível. A questão é unicamente a de saber quem tomará a produção estatizada: o Estado imperialista ou o Estado do proletariado vitorioso.

A estatização da vida econômica não era ainda um fato consumado, mas a perspectiva era essa. A crise mundial de 1929 e a segunda guerra mundial impulsionaram ainda mais esta evolução.

Hilferding⁶ pensava que poderia ser economicamente possível o estabelecimento de um cartel universal que dirigisse a totalidade da produção e suprimisse, assim, a crise. Mas, de um ponto de vista social e político tal perspectiva é irrealizável, por causa do antagonismo de interesses que este cartel único conduziria ao extremo. Este juízo é justo na medida em que aparece oposto ao critério adiantado por Kautsky, que concebia um ultraimperialismo fruto de um acordo pacífico entre os diversos cartéis existentes. Mas Hilferding não tem em conta a possibilidade de um cartel universal fundido num capitalismo de Estado nacional que eliminou violentamente os dos demais países mais débeis, com tendência, pois, a se converter num capitalismo de Estado de caráter mais ou menos mundial. Uma vez mais, em troca de cansar o leitor com nossas citações, recorremos à Bukhárin, que escreveu:

Assim, pois, o futuro pertence, enquanto se mantiver o capitalismo, a formas vizinhas ao capitalismo de Estado. Esta evolução posterior dos trustes capitalistas nacionais que a guerra acelera em grau muito elevado, repercutirá por sua vez sobre a luta mundial que estes sustentam... As tendências monopolizadoras no seio de cada corpo nacional imediatamente provocaram outras semelhantes de conquista para o exterior, o que agravou de forma singular a competição e as formas em que ela se apresenta. A isto deve se agregar ainda o acelerado processo de redução do campo de atividade capitalista que estava livre. Deste modo, não é duvidoso que o futuro próximo seja fértil em conflitos violentos e que a atmosfera social não cesse de estar saturada por uma permanente ameaça de guerra.

Se a economia mundial caminha diretamente em direção a uma concentração total e se, como é lógico supor, esta evolução não será detida na etapa atual, o problema último e mais decisivo que se apresenta é a sua unificação final em torno de um só grupo. Não obstante, esta perspectiva final entra mais no campo da teoria do que no da prática, mais no terreno da hipótese do que no da realidade.

⁶ HILFERDING, R. *El capital financeiro*.

Muita gente, particularmente no movimento reformista, viu na estatização os prolegômenos do socialismo. O stalinismo foi mais longe, posto que trata de apresentar a estatização da Rússia como sinônimo de socialismo. Entretanto, ninguém no campo marxista jamais considerou que a posse dos meios de produção pelo Estado equivalesse à abolição da exploração.

Esse formalismo que se baseia na propriedade estatal para afirmar o caráter “socialista” da economia russa, é bem atual, mas não era compartilhado pelos clássicos marxistas. Engels insistiu que

nem a transformação da sociedade por ações, nem a transformação em propriedade do Estado, retira das forças produtivas a qualidade de capital... Quanto mais o Estado se apropria das forças produtivas, mais se converte num verdadeiro capitalista coletivo, mais explora aos cidadãos. Os trabalhadores continuam sendo assalariados, proletários.

Bukhárin pontuou melhor:

A estruturação da sociedade como um capitalismo de Estado supõe ainda, para além do agravamento da situação da classe operária, sua escravização efetiva ao Estado imperialista. Já antes da guerra, os empregados e operários das empresas do Estado estavam privados de certo número de direitos elementares: direitos de organização, de greve, etc. Falta pouco para que uma greve de operários ferroviários ou dos correios não seja considerada como um crime de Estado. A guerra agravou ainda mais a sujeição destas classes aos seus proprietários. O Código Penal se aplica a toda a vida da produção, na medida em que o capitalismo estatal concede uma importância de Estado à quase totalidade dos ramos da produção e onde estes são colocados a serviço da guerra. Os operários não são livres para se movimentar, não têm direito de greve, nem de pertencer aos partidos chamados de anticonstitucionais, nem o de eleger os estabelecimentos onde desejam trabalhar, etc. Encontram-se transformados em servos, pertencentes não à gleba e sim à fábrica. Convertem-se em escravos brancos do Estado concessionário imperialista, que absorve no seio de suas organizações toda a vida da produção.

Estupenda fotografia do capitalismo de Estado sob regime fascista ou stalinista!

O capitalismo de Estado não tem nada de socialista, posto que conserva todas as categorias do capitalismo. Mantem a produção das mercadorias que sofrem as leis do valor de uso, do valor de troca, do lucro e da mais-valor. A divisão em classe continua em vigor, subsistindo, pois, a exploração e o assalariado, inclusive acentuando-os; até as leis da acumulação cumprem o mesmo papel de antes. Estes traços do capitalismo de Estado são facilmente discerníveis na Rússia, país que chegou ao capitalismo de Estado por caminhos distintos dos demais. Não se deve esquecer que a burocracia stalinista desde

sempre encontrou os fundamentos sob os quais o regime atual seria assentado, quer dizer, a estatização dos meios de produção e distribuição. Isto fez com que o processo de concentração de capital resultasse mais rápido e, sobretudo, mais fácil. Em termos socialistas, a estatização das forças produtivas não é a solução, embora a facilite. Dito de outro modo: a revolução socialista tem que converter a propriedade individual em propriedade estatal, mas com a condição de que o Estado se encontre em mãos dos trabalhadores. Sem esta última condição não existe socialismo possível. A revolução russa cumpriu com a primeira condição e esteve a ponto de realizar a segunda, mas desde o momento em que o Estado pertence à burocracia, o regime econômico não é o socialista e sim capitalista estatal. Seus “acionistas” são os privilegiados, os altos funcionários, aos quais o operário russo designa com o gráfico nome de “sovbour”, quer dizer, burguês soviético. Rakovski, antes de sua capitulação, por volta de 1928, escreveu um estudo sobre a burocracia em que dizia:

A posição social do comunista que tem à sua disposição um carro, um bom alojamento, férias regulares e que recebe o máximo de soldo fixado pelo partido difere da do comunista que, trabalhando nas minas, ganha de 50 a 60 rublos por mês.

Argumenta-se que propriedade individual não existe – embora fosse o caso de perguntar o porquê do restabelecimento da herança – mas as relações de propriedade não são características principais e sim secundárias numa ordem econômica. Por outro lado, as relações de produção entre o proletariado e a burocracia são na Rússia relações capitalistas, já que esta última por meio do Estado possui e se apropria dos meios de produção. O que começou sendo uma diferenciação funcional, logo social, acabou se tornando uma diferenciação de classe. Embora a forma econômica estatal seja superior a individual, seria absurdo deduzir que o capitalismo de Estado é uma etapa necessária na evolução da sociedade. O capitalismo foi um progresso porque soube desenvolver as forças produtivas até um limite inimaginável no período artesanal; mas o capitalismo de Estado pressupõe por sua vez uma certa maturação da organização produtiva, que faz com que as condições objetivas de uma forma social, o socialismo, se deem plenamente. A questão de um capitalismo de Estado, sobretudo em escala mundial, depende da relação

entre as forças sociais em luta. Ou o proletariado vence ou verá suas perspectivas socialistas fechadas por diversos anos.

IV

Tentar definir o regime da URSS pelo que seus apologistas oficiais proclamam *urbi et orbi*⁷ seria o mesmo que tentar entender a sociedade burguesa pelo que se lê na Declaração dos Direitos do Homem. A terminologia stalinista encerra, ao fim e ao cabo, uma mistificação similar àquela oferecida no vocabulário aos usos e abusos dos ideólogos do capitalismo. Felizmente, o marxismo ensina a descobrir as verdadeiras relações sociais, diversas vezes ocultadas pelas ficções legais.

Desnudar a verdadeira realidade social da URSS de nossos dias é o dever de todo socialista interessado em não se deixar enganar nem por ficções e nem por fórmulas caducas. E não apenas descobrir esta verdadeira realidade social, mas também – e sobretudo – tirar daí as consequências derivadas, não ficando no meio do caminho, o que aconteceu e ainda acontece com os trotskistas. A teoria do capitalismo de Estado na Rússia – teoria que indubitavelmente apresenta certas dificuldades de índole ideológica, por não apresentar o caráter concreto, definido e geral que, por exemplo, o capitalismo apresenta – jamais foi aceita por Trotsky, sequer como tema de discussão, por entender que não passava de mais um discurso teórico, sem possibilidade de realização prática em virtude das contradições que devoram o capitalismo e, sobretudo, nós acreditamos, por esta teoria descartar radicalmente a própria concepção trotskista de um Estado operário degenerado. “As tentativas de apresentar a burocracia soviética como uma classe capitalista de Estado – escreveu em *A Revolução Traída* – visivelmente não resistem à crítica. A burocracia não tem títulos nem ações”. Não seria esta uma forma de se esquivar do cerne do problema? É um indiscutível fato o de que na URSS os meios de produção pertencem ao Estado e o Estado, que é o instrumento de coerção da classe dominante, está nas mãos da burocracia. Trotsky disse na obra citada: “Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado pertence, em certa maneira, à burocracia”. Por outra parte, temos sempre que, segundo Trotsky, e de acordo com um conceito que pertence à Marx

⁷ Expressão oriunda do latim que significa “para a cidade e para o mundo” ou “para o mundo inteiro”. Ela se aplica à bênção papal para indicar que se estende a todo o mundo, bem como ao fato de contar as coisas ou proclamar algo dos quatro ventos, para que todos saibam (NE).

e ao marxismo, que “o caráter da economia depende inteiramente do caráter do poder”, e que na URSS o poder está nas mãos da burocracia, chegaremos à inevitável conclusão de que o regime russo pode e deve ser definido como um capitalismo de Estado e a própria burocracia como uma nova classe social.

A formação do capitalismo de Estado na URSS, dadas as condições específicas do país, não pôde seguir o mesmo processo que o capitalismo de Estado alemão no passado recente, ou aquele seguido por outros países na atualidade. O capitalismo de Estado na URSS não foi consequência da evolução do capital financeiro e sua crescente fusão com o Estado, mas antes do atraso do país e do posterior isolamento da revolução russa, como consequência da derrota do proletariado internacional no pós-guerra anterior. Estes dois fatos fundamentais obrigaram o regime soviético a realizar as tarefas que a burguesia czarista não realizou, numa situação muito particular e sob a égide de um partido fundido ao Estado, que ao se desprender paulatinamente de toda tutela dos trabalhadores terminou por se converter num capitalismo de Estado, definitivamente em mãos da burocracia, nova classe dominante. Esta nova classe dominante controla os meios de produção por completo. O Estado, como já foi dito, lhe pertence como se fosse uma propriedade privada. Dispõe como quiser, repetimos, dos meios de produção, sem levar em consideração os interesses das massas trabalhadoras e camponesas, que explora de diversas maneiras; dispõe do fundo social para reprodução e investimentos; guarda para si uma parte, que constitui o monopólio real do mais-valor; e tem o controle absoluto dos preços, da taxa de salários e da distribuição, dispondo assim de outra parte considerável do mais-valor. O proletariado russo se encontra pois numa situação social semelhante ao dos países capitalistas e sua posição é ainda pior, por não dispor dos meios de luta que oferecem os sindicatos e partidos operários. Para dizer a verdade, a única diferença entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado na URSS é que os capitalistas controlam os meios de produção através da propriedade privada e a burocracia russa graças ao seu aparato administrativo; cada capitalista controla seus meios de produção individualmente, enquanto que a burocracia domina os meios de produção coletivamente, graças a uma organização hierarquizada.

A Constituição stalinista de 1936 e o revisionismo levado a cabo no âmbito da ciência econômica pelos teóricos russos – os Leontiev e *tutti quanti*⁸ – tende a legalizar juridicamente tal estado de coisas. A existência de uma clara diferença de classes na URSS, baseada na hierarquia funcional que coloca de um lado os trabalhadores e do outro os dirigentes industriais, os kolkhozianos milionários, os chefes políticos e a elite intelectual em geral, se expressa atualmente no plano econômico mediante a fórmula “cada um segundo seus meios e cada um segundo seu trabalho”, que substituiu a tradicional fórmula marxista “cada um segundo suas capacidades e cada um segundo suas necessidades”. Como muito acertadamente assinalou a economista Dunayevskaya, os trustes, cartéis e associações soviéticos, do mesmo modo que as empresas isoladas, são regidos segundo os princípios da contabilidade do preço de custo. Os preços dos bens se baseiam nos custos integrais de produção, compreendidos os salários, os preços das matérias-primas, os gastos de direção, as taxas de amortização, o interesse, e mais um lucro planejado e os diferentes impostos para a manutenção do Estado. Crédito garantido, interesse, letras de câmbio, cheques, cartões, seguros, etc., são instituições indispensáveis ao funcionamento da indústria soviética⁹. Justifica-se a existência destas categorias na URSS com o princípio revisionista de que a lei do valor, em sua acepção marxista, funciona igualmente num regime socialista. A dramaturgia stalinista não conhece limites. E, todavia, não bastasse toda essa pseudociência econômica dos tagarelas a serviço da burocracia, o marxismo segue e seguirá afirmando que a lei do valor pressupõe o conceito de trabalho alienado e, por conseguinte, o conceito de mais-valor.

Há quem nos repita a lição de que tudo o que foi mencionado é inevitável numa economia de transição entre o capitalismo e o socialismo, que as categorias econômicas herdadas do capitalismo – valor, mercadoria, dinheiro, renda, etc. – não podem ser abolidas da noite para o dia e que

vão se extinguindo na medida em que se instaura, por um nível altíssimo de desenvolvimento das forças produtivas, uma economia para a necessidade, uma produção exclusiva de valores de uso, fora de todo antagonismo social. Sua extinção acompanha a das classes e a do Estado¹⁰.

⁸ “E todos os outros” – em italiano, no original (NE).

⁹ DUNAYEVSKAYA, R. *Uma nouvelle revision de la théorie économique marxiste*, 1946.

¹⁰ GERMAIN, E. *ibid.*

Uma meia-verdade, o que significa que não é mais verdade, pois ignora ou dá a impressão de ignorar que o processo trilhado pela URSS é exatamente o contrário do que foi dito. Essas categorias são reforçadas cada vez mais, ao invés de serem extintas, pelo simples fato de que a divisão de classes e o Estado totalitário estão sendo reforçados. Trotsky afirmou isso categoricamente em *A Revolução Traída*: “Qualquer interpretação que se dê a respeito da natureza do Estado soviético, uma coisa é inegável: ao final de seus vinte primeiros anos, está longe de ser extinto e nem sequer começou a se extinguir; pior ainda, converteu-se num aparato de coerção sem precedentes na história”, “o regime adquiriu um caráter totalitário vários anos antes de a palavra surgir na Alemanha”, e isso já foi escrito faz quase quinze anos!

Certos sofistas daqui se consolam teorizando sobre a estatização dos meios de produção e a conseqüente inexistência da propriedade privada. Mais uma vez permito-me citar Trotsky, não com intenção malévola, mas pela autoridade de suas palavras.

Do ângulo da propriedade privada dos meios de produção, pode parecer que não existe diferença alguma entre o marechal e a empregada doméstica, o diretor dos trustes e o peão, o filho do Comissário do Povo e o jovem vagabundo. Entretanto, uns ocupam belos dormitórios, dispõem de várias casas de campo em diversos cantos do país, têm os melhores automóveis e há muito tempo já não sabem o que é limpar os próprios sapatos; os outros vivem em barracos geralmente sem divisórias, se familiarizaram com a fome e não limpam seus sapatos porque andam com os pés descalços. O diplomata considera que essa diferença seja depreciável. O peão, não sem razão, como fundamental.

Que necessidade, pois, pode sentir a burocracia de restabelecer a propriedade privada? Como muito bem assinalou não lembro quem, a burocracia prefere conservar a galinha em seu poder e não repartir alguns poucos ovos. Com o Estado em suas mãos, assegura para si uma parte importantíssima da riqueza nacional por meio de soldos elevadíssimos e numerosas vantagens de toda espécie, dado que o progresso social na URSS se realiza em função dos interesses exclusivos da nova classe dominante. E se que é certo que nenhuma cifra foi oficialmente oferecida – a burocracia sente horror às estatísticas sérias e científicas, as quais foram por ela reduzidas a lemas de propaganda depreciáveis – não podendo portanto avaliar com certeza a parte da qual se apropria, mesmo assim sua importância tem que ser enorme se levarmos em conta, sempre segundo a expressão de Trotsky, que “pela amplitude da desigualdade na retribuição do trabalho,

a URSS alcançou e superou amplamente os países capitalistas”. Quantos trabalhadores sabem, por exemplo, que o salário médio de um operário russo não chega a 3.000 rublos por ano, enquanto os presidentes e vice-presidentes da União e do Conselho das Nacionalidades recebem 300.000? Estamos longe da reivindicação que Lênin lançou nas suas famosas teses de abril: “Os soldos dos mais altos funcionários não devem superar o salário médio de um bom operário”. É esta a distância que faz a mediação entre a revolução socialista e o novo regime de exploração stalinista.

Somente a partir da superficialidade, da tolice ou da teimosia é que se pode argumentar que a repartição de bens é um fator secundário, ou de segundo plano em comparação com a produção, que os teimosos, tolos ou superficiais julgam socialista em razão de sua planificação. Em outras palavras, o modo de produção é bom, embora o modo de repartição seja ruim. Algo neste estilo, com relação ao sistema capitalista, aconteceu com aquele professor Dühring ao quem Engels tapou a boca, dizendo-lhe entre outras coisas que sequer havia chegado a compreender a relação necessária entre produção e distribuição. Mas ainda admitindo a necessidade da desigualdade durante um tempo mais ou menos longo – que indubitavelmente um regime operário deve tornar o mais breve possível – coloca-se a questão dos limites que devem ser consentidos a essa desigualdade. Ultrapassar esses limites, ampliá-los indefinidamente, afirmar na teoria que a igualdade é um preconceito pequeno-burguês e assentar na prática a mais irritante desigualdade, a mais monstruosa, inclusive anistórica, é restaurar um regime de exploração que no caso da URSS assume a forma de um capitalismo de Estado. A este teor, uma última citação de Trotsky:

E levando ao extremo, em sua complacência aos dirigentes, às normas burguesas de distribuição, (o regime russo) prepara uma restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de distribuição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas deverão, de um modo ou de outro, se estender aos meios de produção, ou as normas de distribuição deverão ser estabelecidas de acordo com a propriedade socialista.

A contradição não pode crescer indefinidamente... A restauração capitalista foi levada a cabo na URSS, sob a forma, diremos uma vez mais, de um capitalismo de Estado. A burocracia russa é a nova classe social proprietária, dominante, exploradora.

